

XXV Congresso Nacional da JSD

**FLORESTA E ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO**

1º subscritor

**Comissão Política da JSD Distrital Castelo
Branco**

Introdução

A floresta é , atualmente, um dos temas mais mediáticos em Portugal, derivando isto das recentes tragédias do Verão passado que dizimaram mais de 440 mil hectares de floresta, o que significa, que ardeu 4 vezes mais do que a média registada nos últimos 10 anos em Portugal.

Na Europa, Portugal é um dos países com uma maior proporção de área florestal, que representa 35% do território nacional. Este país tem aproximadamente 9.8 milhões de habitantes e 8.7 milhões de hectares de área, considerando que mais de 3.1 milhões de hectares do território estão sob coberto florestal, em que as principais espécies florestais existentes em todo o território fazem-se representar com 811 mil hectares de eucalipto, 736 mil hectares de sobreiro, 714 mil hectares de pinheiro bravo, 331 mil hectares azinheira e 175 mil hectares de pinheiro manso.

Cerca de 85% da floresta portuguesa está em propriedade privada, apenas 3% pertence ao Estado, e os restantes 12% são baldios.

Cerca de 220 mil hectares da floresta portuguesa estão sob gestão das indústrias de pasta de papel, por compra ou arrendamento. Enquanto que as restantes áreas privadas de floresta têm uma média de 5 hectares por proprietário, que tendo em conta algumas zonas do país onde as parcelas têm áreas avultadas, considera-se assim que em grande parte do território do país, o predominante em áreas privadas são os minifúndios.

O Pinheiro-bravo (com grande importância na formação e manutenção das dunas) predomina a norte do rio Tejo e na costa Alentejana, enquanto o Sobreiro e a Azinheira são as árvores mais abundantes a sul do Tejo (o sobreiro com uma distribuição mais litoral e a azinheira mais no interior). O Pinheiro-bravo, apesar de autóctone, deve a sua distribuição e abundância às plantações, e o Eucalipto é uma espécie exótica cuja plantação permite que ocupe uma área significativa (17%) da floresta portuguesa.

Recursos Florestais, o vetor económico

Todos os produtos ou matérias-primas provenientes da floresta, que se traduzam em bens necessários para a utilização direta ou indireta do ser humano podem ser considerados recursos florestais.

Apesar da diversidade de recursos passíveis de serem aproveitados da floresta, o setor florestal em Portugal direciona a sua exploração em três principais vertentes: Papel e cartão, mobiliário e a cortiça. No entanto deve-se inverter o paradigma atual e potenciar outras atividades no setor florestal, principalmente aquelas que contribuam para uma melhor gestão do espaço florestal e que incluam espécies autóctones no seu aproveitamento.

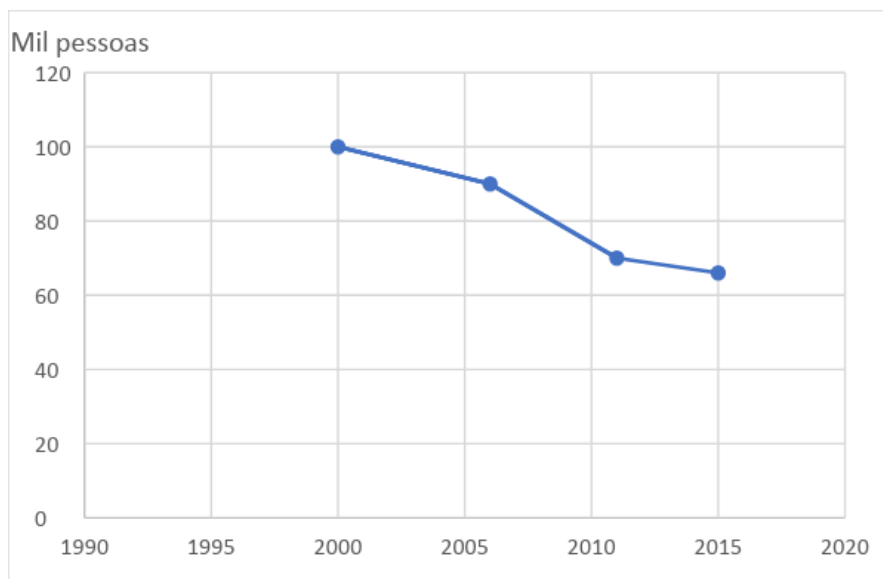
Grande parte do setor português é orientado para a exportação, que tem vindo a crescer ao longo dos anos, em 2001 representava 2,9 mil milhões de euros, o que em 2016 faria representar-se por 4,7 mil milhões de euros. Que se traduz em 10% das exportações do país em que 50% destas são de papel e cartão, 27% de mobiliário e 18% de cortiça.

Mais de um milhão de hectares são compostos por florestas constituídas por árvores de espécies autóctones, com árvores do género *Quercus*, típicas das zonas mediterrânicas. Entre estas, os sobreiros *Quercus Suber* são a fonte de mais de metade da produção mundial de cortiça.

Quanto à produção de madeira, Portugal contabiliza cerca de 167 milhões de m³, verificando-se um aumento de produção a uma taxa anual de 14 milhões de m³ de madeira, sendo extraído em média 8,97 milhões de m³ de madeira por ano. A maioria da madeira é retirada de plantações, e uma parte significativa dessa madeira é exportada. Nas plantações para produção de madeira, o Pinheiro-bravo *Pinus pinaster* é a espécie mais utilizada. A área de pinheiros permite o aproveitamento de 4.5 milhões de m³ de madeira, mais uma grande quantidade de resíduos para a indústria de aglomerados.

A indústria de pasta de papel, utiliza quase exclusivamente o Eucalipto *Eucalyptus globulus* (4.1 milhões de m³), sendo direcionada para papel de impressão e de escrita de alta qualidade que é maioritariamente exportado.

Inversamente ao aumento de exportações verificado no setor florestal, o emprego tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Em 2000 verificava-se 100 mil empregos no setor, que se traduzem em 2016 em 66 mil.



Face aos dados discutidos, o eucalipto (espécie utilizada para pasta de papel), nos parâmetros atuais do mercado nacional, é a espécie que ainda assim permite melhor retorno económico aos produtores florestais. Prosseguir uma política de fobia ao eucalipto será empurrar o contexto da floresta do mundo rural para uma situação de ainda maior abandono. A alternativa tem que passar por fortalecer a segurança e vigilância destes territórios, pois o caminho não será demonizar as espécies existentes, mas sim garantir que há proteção suficiente a estes territórios e assumir que constituem uma componente fundamental da geração de riqueza do mundo rural e, portanto, de boa parte do país. Não se pode cair na ideia nociva de achar que a floresta só necessita de ser reformada para prevenir incêndios e atenuar a sua extensa e perigosa propagação. A seriedade, realismo e pragmatismo da ação passam inevitavelmente por assumir que estamos longe de não precisar da componente económica da floresta. Componente esta, que poderá garantir o financiamento de planos estratégicos de proteção das florestas “inter proprietários” e desta forma assegurar a limpeza de áreas de produção e a reflorestação de áreas de interesse ecológico, que têm uma função essencial na manutenção dos ecossistemas existentes e prevenção de pragas.

As áreas de interesse ecológico podem potencializar o setor florestal, através de atividades, ainda pouco explorados, mas que por uma floresta mais sustentável devem afirmar-se, como: produção de frutos silvestres, mel, cogumelos selvagens, aguardente de medronho, medronho, turismo, pinhão, entre outras, atividades que para o seu desenvolvimento asseguram a manutenção dos espaços e a conservação de espécies autóctones. No entanto é necessário desenvolver um programa de valorização da produção florestal nacional, para aumentar a escala, facilitar a exportação e consumo interno do que é produzido a partir destes tipos de atividade, e acima de tudo criar apoios de desenvolvimento de projetos florestais para esta vertente. Por se tratam de investimentos em florestas de crescimento lento, com um retorno financeiro a muito longo prazo, os apoios comunitários direcionados para estes projetos é essencial para a sua realização, à semelhança dos Agroambientais, deveriam ser criados programas especificamente para este tipo de intervenções.

Conhecimento

O desenvolvimento do conhecimento e da investigação científica em torno da floresta é uma mais valia para diversificação de produtos de origem florestal e para a sua valorização. Em particular zonas onde o problema da desertificação populacional é uma realidade, o desenvolvimento do conhecimento nestas áreas servirá para atrair e fixar jovens que pretendam estudar estas matérias, reconhecendo ou acrescentando o merecido valor.

A certificação florestal atualmente é o melhor mecanismo de valorização da floresta no seu todo, no entanto os produtos florestais, como por exemplo a madeira de pinheiro bravo devem obter a uma valorização individual que distinga as suas qualidades de entre os restantes produtos encontrados no mercado.

Ordenamento do território

O ordenamento do território tem como principal exercício organizar o espaço para o potenciar, de forma a garantir melhor qualidade de vida às pessoas, através da aplicação de políticas de uso e ocupação do solo inerentes a cada área geográfica. Para tal foram criados vários mecanismos de gestão territorial que não se adaptam corretamente às necessidades de todos os territórios por não considerarem as diferenças existentes entre as várias zonas geográficas do país. Pois temos zonas do país em que a maioria das propriedades privadas são minifúndios, sem capacidade para a implementação de projetos que possam potenciar a floresta e por consequente desenvolver áreas de negócio fundamentais para o crescimento da economia local. Cerca de 85% dos produtores florestais têm menos de 3 hectares abrangendo apenas 12% da área da floresta nacional, tendo em conta a fragmentação destes 3 hectares em várias propriedades individuais, verifica-se uma área estimada bastante reduzida por cada propriedade, o que leva a que os proprietários não obtenham um rendimento capaz de cobrir eventuais despesas de manutenção associadas ao imóvel, como a limpeza dos terrenos florestais e por vezes até o próprio cadastro das propriedades. A estas parcelas de baixas dimensões está também relacionado o ordenamento do território que é impossibilitado aquando promovido individualmente devido à reduzida área de atuação e dispersão de parcelas geograficamente.

O ordenamento do território é uma ferramenta importante para a gestão florestal, uma vez que regula as ações nos espaços florestais, através de um conjunto de normas com vista a garantir a sustentabilidade dos espaços. Tendo Portugal uma indústria florestal forte ao nível da transformação da cortiça, da produção de MDF, da produção de pasta de papel e da indústria do mobiliário, urge em função do território definir zonas de floresta produtiva para abastecimento da indústria e zonas de floresta ecológica.

Portanto, é importante seguir-se uma política de incentivo ao emparcelamento por parte dos proprietários, através da criação de apoios tornem benéfica a transação de imóveis entre proprietários com o intuito de agregação dos mesmos para aumentarem a sua área contínua.

Desta forma, é facilitado o mecanismo de levantamento cadastral, que é um instrumento essencial em termos de ordenamento e gestão do território, que tem vindo a ser confundido com os instrumentos de georreferenciação aplicados pelo atual governo, que não garantem

precisão geográfica, nem absorvem elementos cadastrais, tal como coordenadas geográficas ou ortofotomapas com marcações previamente delineadas.

Com a situação cadastral regularizada é possível a identificação de parcelas em que o seu dono é uma incógnita, por passarem de geração em geração, sem serem reconhecidas pelos respectivos herdeiros, aquando do desconhecimento total das mesmas, fator intensificado em zonas do interior do país, onde os minifúndios são regra e onde houve/há uma grande migração de pessoas para zonas do litoral onde se vêm a fixar e a constituir as suas vidas.

As Zif's (Zonas de Intervenção Florestal) consistem numa área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal (PGF) e a um Plano Específico de Intervenção Florestal e administrada por uma única entidade poderão ser uma solução a ter em consideração para os problemas de gestão florestal que se originam devido ao grande número de minifúndios e à desertificação populacional destes territórios, pois estas propriedades uma vez que geridas por uma só entidade permitiria a distância dos proprietários. Mas para tal estas entidades têm de sofrer algumas alterações ao regulamento para que as estrutura se enquadrem com as necessidades da região, tornando a sua criação menos burocrática e dotando-as de personalidade jurídica, afim de poderem diversificar as suas fontes de financiamento

As CIM devem ter um papel preponderante no desenvolvimento do território, essencialmente através da adoção de responsabilidades que passem pela gestão do financiamento comunitário a projetos de produção agrícola e florestal, em que é fundamental conhecer o território para adequar os projetos existentes às reais necessidades dos interessados, como as condições de pagamento ou mínimos obrigatórios (em situações de minifúndios os proprietários vêm negadas as ajudas que poderiam ter direito, por não terem capacidade de atingir os mínimos obrigatórios).

Incêndios

Os incêndios florestais representam uma das maiores ameaças para a floresta, em que as causas podem ser naturais ou antropogénicas.

Segundo o 10º Relatório Provisório de Incêndios Florestais de 2017, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de outubro de 2017, um total de 16.981 ocorrências (3.653 incêndios florestais e 13.328 fogachos) que resultaram em 442.418 hectares de área ardida de espaços florestais, entre povoamentos (264.951ha) e matos (177.467ha). Comparando os valores do ano de 2017 com o histórico dos 10 anos anteriores, assinala-se que se registaram menos 3,6% de ocorrências e mais 428% de área ardida relativamente à média anual do período.

Maior parte dos incêndios identificados têm origem em mão criminosa impulsionados pelas condições climáticas adversas que se têm vindo a intensificar em todo o território de Portugal nos últimos anos.

Face às adversidades referidas, é necessária uma resolução coerente do problema, que não seja assente em decisões precipitadas e populistas.

Para que não torne a acontecer catástrofes como as do último verão, é necessária uma limpeza dos espaços envolventes aos aglomerados populacionais, mas não através de uma estratégia de obrigatoriedade pontual que tem levado ao abate desmesurado de árvores em toda a área envolvente estimulando o crescimento de outras espécies combustíveis com menor valor e com maior proliferação num menor espaço de tempo. Deve-se adotar uma estratégia assente na requalificação destes espaços através de espécies com menor aptidão de ignição, como espécies frutícolas, assegurando a continua manutenção destas áreas; e acima de tudo dotar os aglomerados populacionais de mecanismos de autoproteção: planos estratégicos de emergência, pontos de água, bombas de água e equipamentos de autoproteção individuais. As associações locais, culturais, desportivas ou de melhoramentos, devem funcionar como meio de organização de ações de sensibilização e formação para as suas gentes.

Numa perspetiva mais holística é necessário rever todos os planos de emergência das autarquias, adaptando-os tendo em consideração as alterações climáticas, e aplicando a

experiência, obtida aquando da ativação dos planos antigos, corrigindo os as falhas diagnosticadas. Neste processo é essencial uma forte comunicação entre municípios vizinhos para troca de ideias na conceção dos planos e na articulação para que possam funcionar em conjunto, sem limitações impostas pelos limites geográficos dos concelhos.

A prevenção será sempre o primeiro passo para assegurar um o êxito no combate a incêndios. Portanto o governo central deve definir uma estratégia simétrica a todo o país, para facilitar o combate aos incêndios, não apenas nas zonas de aglomerados populacionais, assente em melhoramento de acessibilidades em estradas florestais e criação de faixas de redução de combustíveis em locais geograficamente estratégicos. No entanto os proprietários das áreas abrangidas por estas mesmas faixas, devem ser compensados, através da criação de um mecanismo idêntico às agroambientais como anteriormente referido, que lhes disponibilize verbas para que mantenham estes terrenos limpos e sem matéria combustível, ou seja, sem qualquer rendimento.